

AGOSTO
2020

RELATÓRIO #1

Belt and Road Initiative

A stylized illustration of a desert landscape at sunset or sunrise. In the foreground, a long train with yellow windows travels from left to right. To the right of the train, a caravan of camels with riders is also moving. The background features rolling hills, a city skyline with domes on the left, and a few cacti. The sky is a gradient of orange and red with some clouds.

FGV Direito Rio

Núcleo de Estudos Brasil-China

Belt and Road & Brazil (BR&Br)

Autores:

Evandro M. de Carvalho (Coordenador)

Daniel Veras (Pesquisador Doutor)

Pedro Steenhagen (Pesquisador Mestre)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA	3
3. ROTA DA SEDA DA SAÚDE	4
4. ROTA DA SEDA DIGITAL E A DIPLOMACIA NA NUVEM	5
4.1. BRI em um Mundo Digital	5
4.2. BRI e a Diplomacia na Nuvem	7
5. BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO	8
5.1. Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)	8
5.2. Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)	9
6. A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	11
7. CONCLUSÃO	13
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio surgiu em outubro de 2017 para desenvolver pesquisas e estudos sobre as relações sino-brasileiras, contribuindo para o desenvolvimento das relações bilaterais, especialmente nos âmbitos acadêmico e jurídico. Em 2020, dando sequência ao aprofundamento de seus trabalhos, lançou o Projeto *Belt and Road & Brazil* (BR&Br), em referência à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), forma abreviada para referir-se ao Cinturão Econômico da Rota da Seda e à Rota da Seda Marítima do Século XXI propostos por Xi Jinping em 2013.

O projeto visa a produzir e a divulgar publicações sobre a iniciativa e sobre as relações sino-brasileiras, bem como a desenvolver pesquisas e estudos sobre as formas de conexão da Cinturão e Rota com o Brasil e com a América Latina. Diante desse contexto, o Núcleo publica seu primeiro relatório, que faz breves comentários sobre os impactos da pandemia da Covid-19 no contexto particular da nova Rota da Seda e no contexto global, bem como sobre as transformações que daí decorrem. A BRI da Saúde e a BRI Digital são algumas das faces das rearticulações ensejadas pela nova realidade.

Saúde e tecnologia digital, como condições para a retomada das atividades regulares, acabam por receber atenção, e os impactos disso são tão profundos que chegam até a reverberar na política – por exemplo, no desenvolvimento da diplomacia na nuvem, encurtando as maiores distâncias e agilizando intercâmbios culturais. Outro exemplo é a relação entre a China e os países da América Latina, que são geograficamente antípodas no globo, mas que estão agora a uma videoconferência de distância. Do ponto de vista de equipamentos médicos, a infraestrutura física fomentada pela BRI se presta ao propósito de fazer chegar todos os insumos às mais longínquas paragens.

Mesmo que não diretamente atrelados à BRI, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), este último também chamado banco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), contribuem para a iniciativa e apresentam oportunidades concretas para a inserção internacional do Brasil. Por fim, o relatório traz reflexões mais amplas a respeito da cooperação internacional e da importância do multilateralismo na resolução de problemas comuns. Em um contexto global em que as instâncias multilaterais estão sendo desacreditadas, questionadas e desafiadas, a BRI continua-se oferecendo como instrumento multilateral e apresentando suas vantagens, que podem interessar – e muito – ao Brasil.

2. A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA

Como ilustra Li (2020), em 2013, surge a Iniciativa Cinturão Econômico da Rota da Seda & Rota da Seda Marítima do Século XXI, que é uma iniciativa do Presidente Xi Jinping. A Rota tem como objetivo originário principal construir uma rede de comércio e de infraestrutura conectando Ásia, Europa e África para muito além das vias comerciais da antiga Rota da Seda. Afinal, trata-se de 138 países dessas regiões que estão envolvidos em projetos de desenvolvimento no âmbito da BRI (SANGROULA, 2020).

Em contrapartida, a realidade de um mundo pandêmico traz um quadro desafiador com o impacto do novo coronavírus na economia global. Ainda que com diferentes graus de sucesso na administração da crise, os países tomam medidas extraordinárias, no esforço de garantir a saúde aos cidadãos e de retomar o desenvolvimento socioeconômico. Os países em desenvolvimento são os mais afetados, e, em termos econômicos, para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a crise será pior que a de 2008, e talvez comparável à Grande Depressão oriunda em 1929.

Diante do contexto supracitado e dos desafios de dar sequência a projetos de infraestrutura e a financiamentos, quando os países se voltam para questões internas emergenciais, a BRI voltou-se mais às transformações digitais e à área da saúde. Hodiernamente, é mais claro que nunca que os países precisam de cooperar para atingir objetivos de prevenção e de controle conjuntos.

Gao (2020) apresenta dados no sentido de que a economia chinesa se expandiu neste ano. De acordo com a Administração Geral Alfandegária da China, de janeiro a abril, o total de importações e de exportações da China com origem e destino em membros da BRI alcançou 2,76 trilhões de yuans, 0,9% a mais que nos anos anteriores. No primeiro trimestre de 2020, segundo o Ministério do Comércio da China, o investimento da China na BRI manteve o crescimento. Sociedades empresárias chinesas promoveram US\$ 4,2 bilhões em investimento direto em 52 países da BRI, 11,7% a mais que 2019.

Adicionalmente, alguns projetos de construção que estavam interrompidos estão sendo retomados; exemplos disso são o Corredor Econômico China-Paquistão (um dos carros-chefes da BRI, com quase 50.000 trabalhadores) e a Estrada de Ferro China-Laos. Com o relativo sucesso chinês na contenção da Covid-19, a economia do país começa a reabrir e a intensificar investimentos em projetos de longo prazo (SANGROULA, 2020).

3. ROTA DA SEDA DA SAÚDE

Durante a pandemia, tem havido uma rearticulação dos objetivos principais da BRI, e seus corredores de transporte e centros logísticos estão sendo utilizados para garantir apoio médico a países parceiros. Trata-se, assim, da chamada Rota da Seda da Saúde, lançada em 2017 após assinatura de Memorando de Entendimento com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Sob o princípio da ajuda mútua, a China tem realizado doações de equipamentos médicos e enviado profissionais chineses a países parceiros, para prevenção e controle da pandemia. Nesse sentido, o gigante asiático enviou grupos de especialistas médicos para mais de dez países, como Irã, Iraque, Sérvia, Camboja, Paquistão e Laos, e organizou uma série de videoconferências com especialistas para trocar experiências. Para GAO (2020), o fato de a China providenciar assistência só prova que as redes de infraestrutura manterão sua função básica: apoiar a conexão entre a China e o mundo.

Ademais, já no primeiro semestre do ano, durante a 73ª Assembleia Mundial de Saúde da OMS, Xi Jinping havia anunciado que uma eventual vacina chinesa contra a Covid-19 será considerada bem público mundial, bem como garantiu US\$ 2 bilhões à luta contra a pandemia. Trata-se de demonstração da relevância acerca da cooperação internacional, da transferência de tecnologia e do compartilhamento de experiências no combate a questões sanitárias de impacto mundial.

De fato, em um contexto global, as dimensões da saúde e das novas tecnologias, especialmente das plataformas digitais, ganham importância. Por exemplo, a Academia Nacional Alemã de Ciências lista três pré-requisitos para restaurar a mobilidade em seu país: uso de máscaras; existência de uma plataforma digital de rastreamento; e capacidade de testagem em larga escala. Quanto ao segundo requisito mencionado, vale citar que, para além da China, na Suíça e no Reino Unido, por exemplo, aplicativos-piloto que monitoram a implementação das regulações do distanciamento social foram recentemente lançados (LI, 2020).

4. ROTA DA SEDA DIGITAL E A DIPLOMACIA NA NUVEM

4.1. BRI em um Mundo Digital

Como destaca Li (2020), por um lado, a pandemia relacionada à Covid-19 impõe uma pressão no encolhimento da economia, mas, por outro lado, reconfigura as cadeias globais de suprimento e alimenta a digitalização de indústrias tradicionais, fazendo avançar a economia digital baseada na internet, no e-commerce e na nuvem. De acordo com relatório da Conferência de Comércio e Desenvolvimento de 6 de abril de 2020, o desenvolvimento de tecnologias digitais melhorará a capacidade de as economias globais responderem a riscos e incluírem mais pessoas.

A Rota da Seda Digital foi proposta no primeiro Fórum Cinturão e Rota para Cooperação Internacional, realizado em Pequim em 2017 como parte da BRI, bem antes da pandemia. Nele, destaca-se o papel das companhias chinesas em transformar as trocas comerciais, auxiliando outros mercados emergentes da BRI na construção de infraestrutura digital e no desenvolvimento de produtos e serviços. Vale notar que isso atendia às demandas locais por consumo móvel, pagamentos digitais e financiamento inclusivo, o que facilitou a criação de empregos e aprimorou a cadeia de suprimentos para pequenas e médias empresas.

Dados do Centro de Pesquisa sobre a Rota da Seda Digital, da Universidade Fudan, na China, mostram que 201 corporações chinesas de grande porte da área de transformação digital implementaram 1.334 projetos de cooperação e promoveram investimentos entre 2018 e 2020. O foco desses projetos tem sido em oito setores:


- e-commerce;
- infraestrutura de comunicação e redes de 5G;
- finanças digitais/fintechs;
- cidades inteligentes;
- internet industrial;
- terminais inteligentes;
- serviços de tecnologia da informação; e
- pan-entretenimento/pan-meios e entretenimento.

Desses todos, 57% estão associados à BRI Digital. Há 490 projetos na Ásia, o que corresponde a 37% do total, enquanto projetos na Europa Central e Oriental, incluindo

a Rússia, perfazem 12%. Aqueles na África somam 7,7%. Já o Sudeste asiático é a região privilegiada para a construção da BRI Digital.

Segundo o Ministério do Comércio da China, sete dos dez maiores receptores de investimentos empresariais da BRI estão na região. Em contrapartida, a economia digital dos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) tem ainda muito a desenvolver. Nesses países, a economia digital chega só a 7%, enquanto, na China, chega a 40%. Por terem os seus próprios planos de desenvolvimento nessa área, há incentivos em colaborar com a China em projetos relacionados.

Sociedades empresárias chinesas expandiram seus negócios pela região. A AliPay, por exemplo, já ingressou na Tailândia, nas Filipinas, na Malásia e na Indonésia, tendo gastado US\$ 1 bilhão para adquirir companhias locais relevantes, como a Lazada. A JD.com, por sua vez, está cooperando com um grande grupo varejista online tailandês. Sob a liderança da Huawei, companhias chinesas estão conduzindo extensa cooperação com os países da região no sentido de construir cidades inteligentes, projetos de energia inteligente e redes de 5G.



Frente à crise da Covid-19, a Rota da Seda Digital oferece uma nova direção: o uso de novas tecnologias para facilitar a retomada das atividades sociais e produtivas. Por exemplo, está em construção uma plataforma digital para apoiar certificações de saúde entre a China, a Coreia do Sul, o Japão e membros da ASEAN e da União Europeia, com direito a acesso e a intercâmbio de dados.

Tendo em vista que a pressão por videoconferências, telecomunicações e educação online se impõe a vários países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, a China pode oferecer serviços acessíveis na nuvem. Junto a isso, podem ser criados *bonds* de infraestrutura e construídos centros de dados para facilitar a transformação digital.

Vale mencionar, ainda, que a Rota da Seda Digital responde a demandas de segurança e de privacidade à medida que adota regulações transparentes e mecanismos multilaterais. Mecanismos de compartilhamento de dados e de estabelecimento de uma plataforma internacional de resolução de disputas são previstos. Foi também construída a Parceria Abrangente Econômica Regional, que inclui as 15 maiores economias da Ásia-Pacífico cujos mecanismos de cooperação aprimoram também a cyber-segurança (LI, 2020).

4.2. BRI e a Diplomacia na Nuvem

Como mencionado anteriormente, a ideia da infraestrutura digital está associada à intenção de aproximar distâncias. Um exemplo disso é que, em julho de 2020, foram realizadas consultas via nuvem entre a China e países da América Latina. Numa delas, o presidente chinês Xi Jinping enfatizou que a pandemia ainda se está desenvolvendo, e a recuperação depende da união e da cooperação internacional.

Além de seguir com a cooperação latino-americana, a China quer aprofundar a cooperação pragmática e construir uma comunidade de destino compartilhado para a humanidade (LI, 2020). Brasil, Argentina, Cuba, México, Chile e Venezuela são exemplos de países com os quais o presidente chinês tem mantido contato. Houve diversas reuniões entre ministérios homólogos chineses e de países latino-americanos, realizadas em vídeo com sucesso, assim como entre governos locais.

No que tange ao comércio, este tem-se mantido estável, com destaque às experiências com o Chile e com o Uruguai. Mesmo a tradicional Feira de Cantão foi realizada na nuvem, em sua 127ª edição, e contou com muitos visitantes latino-americanos e com feitos inéditos. Por exemplo, uma empresa chinesa de dispositivos médicos recebeu uma encomenda de US\$ 80.000 do Equador em apenas dez minutos de transmissão.


Já no evento Exposição Digital Internacional de Comércio China-América Latina (México), o volume comercial alcançou US\$ 8,02 milhões. O novo formato não só eliminou barreiras, mas também impulsionou as trocas comerciais, flexibilizando-as. Além de trocas culturais, como intercâmbio de mensagens entre estudantes chineses e chilenos, tem havido diálogos entre especialistas em busca de soluções para a crise da Covid-19.

5. BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

5.1. Banco Asiático de Desenvolvimento (AIIB)

O AIIB, proposto pelo presidente Xi Jinping no fim de 2013, foi lançado oficialmente com sede em Pequim em janeiro de 2016, no intuito de desenvolver a infraestrutura e a conectividade na Ásia e de aprofundar a cooperação regional para o desenvolvimento compartilhado. Dos 57 membros fundadores aos 102 membros atuais, presentes em seis continentes, o AIIB fortaleceu-se, tendo fornecido quase US\$ 20 bilhões em investimentos em infraestrutura para seus membros (XINHUA, 2020).

Trata-se de uma instituição multilateral de desenvolvimento que financia projetos, não só na Ásia, mas também em outras regiões. Como objetivos, o banco visa a promover o desenvolvimento econômico sustentável, a criar riqueza, a melhorar a conectividade da infraestrutura na Ásia mediante investimentos em infraestrutura e em outros setores produtivos, e a promover a cooperação e a parceria regionais para enfrentar os desafios de desenvolvimento, por meio da colaboração com outras instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento.



Os 57 países que assinaram o tratado são considerados membros fundadores em potencial. Além de assinar o acordo, para serem efetivados, os países precisam de ratificá-lo em seus respectivos poderes legislativos e integralizar o capital social do banco. Em junho de 2020, na 5ª Reunião Anual do AIIB, realizada de maneira virtual, o presidente chinês pediu que o banco fosse uma nova plataforma na promoção do desenvolvimento de seus membros, bem como um facilitador na construção da referida comunidade com futuro compartilhado para a humanidade.

A grande novidade é que, no Brasil, o Congresso Nacional finalmente aprovou a entrada do país na instituição como membro fundador – o decreto legislativo foi publicado no Diário Oficial da União no dia 6 de agosto de 2020. O acordo havia sido assinado em junho de 2015, e o Brasil deveria comprar ações em valor total de US\$ 3,18 bilhões; contudo, o novo montante de ações comunicado pelo Ministério das Relações Exteriores à presidência do AIIB é de apenas US\$ 5 milhões – menor, por exemplo, que o de Malta, com US\$ 172 milhões. As atuais limitações fiscais foram a justificativa oferecida para a contribuição aquém do esperado, e isso, por sua vez, limita a influência do Brasil na instituição.

5.2. Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)

Com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos países dos BRICS e em outras economias emergentes, o NDB foi fundado pelos membros dos BRICS durante a VI Cúpula do grupo em Fortaleza, em julho de 2014, e foi formalmente aberto em Shanghai, em julho de 2015. Os BRICS abrigam 42% da população mundial, e, na década de 2010, sua participação na economia global subiu de 12% para 23%. De acordo com a Agência Senado (2020), assim como o AIIB, o NDB seria um mecanismo complementar à atuação de outros bancos multilaterais.

Dados do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil (2018) mostram que o NDB já aprovou 23 empréstimos, no valor total de US\$ 5,7 bilhões, para financiamento de projetos em energias renováveis, infraestrutura de transporte, abastecimento de água, saneamento e infraestrutura social. O Brasil foi contemplado com quatro empréstimos, no valor total de US\$ 621 milhões, em projetos de energias renováveis, proteção ambiental, infraestrutura urbana sustentável e transportes. Prevê-se que, até 2021, dois terços dos recursos desembolsados pelo NDB sejam destinados a projetos em infraestrutura sustentável.

Neste ano, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 24 de junho, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 657/19, que referenda o acordo firmado entre o Brasil e o NDB para a criação de um escritório regional nas Américas, com sede em São Paulo e unidade de representação em Brasília. O texto segue para o Senado Federal, e, passado o trâmite burocrático, o escritório em São Paulo será o segundo escritório regional do NDB no mundo – o primeiro foi criado em 2017, em Joanesburgo (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2020).

O Brasil dispõe de quatro projetos dentre os 41 já aprovados pelo NDB. Para a criação do banco, os países que o compõem comprometeram-se a integralizar, cada um, 20% de um total de US\$ 10 bilhões entre 2016 e 2022. O Brasil repassou US\$ 1 bilhão, devendo o restante ser aportado em três parcelas programadas (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2020).

Outra importante notícia a respeito do NDB é que o banco recentemente elegeu seu novo presidente, e ele é brasileiro. No dia 27 de maio de 2020, o Conselho de Governadores do Novo Banco de Desenvolvimento elegeu, virtualmente, de maneira unânime, Marcos Prado Troyjo para a função. Ele tomou posse no dia 7 de julho e

substituiu o primeiro presidente da história do banco, Kundapur Vaman Kamath, um dos mais reconhecidos líderes do mundo corporativo da Índia. Ademais, o Conselho de Governadores elegeu o indiano Anil Kishora como vice-presidente do NDB.

Economista, cientista político e diplomata brasileiro, Marcos Troyjo possui Mestrado e Doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e realizou estudos de pós-doutorado na Columbia University, onde também lecionou Relações Internacionais e Públicas e serviu como diretor e co-fundador do BRICLab. Adicionalmente, serviu como Secretário do Ministério da Economia e Secretário Especial para Comércio Exterior e Relações Internacionais do atual governo brasileiro, além de representá-lo em fóruns multilaterais.

O Conselho de Governadores do NDB elege um presidente de um dos países-membros fundadores de maneira rotativa. O presidente é o chefe da equipe operacional do banco e conduz, sob a direção dos diretores, os seus negócios ordinários. Marcos Troyjo permanece na Presidência do banco por cinco anos (2020-2025), e essa poderia ser uma excelente oportunidade para o Brasil retomar e aumentar sua participação no cenário internacional, aproveitando oportunidades no NDB e em outras instituições (NEW DEVELOPMENT BANK, 2020).

Por fim, nota-se que, no dia 20 de julho de 2020, o banco aprovou empréstimo de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,3 bilhões) ao Brasil, que utilizará o valor para pagar o auxílio emergencial do governo federal a cerca de cinco milhões de pessoas. A esse montante se somarão financiamentos de outros cinco bancos multilaterais e de agências internacionais de desenvolvimento (Banco Mundial, BID, CAF, ADF e KFW), resultando em empréstimos totais de US\$ 4 bilhões.

6. A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em videoconferência sobre cooperação internacional do Cinturão e Rota, em junho de 2020 (XINHUA, 2020a), Xi Jinping declarou que a China trabalhará com seus parceiros para desenvolver a BRI em um modelo de cooperação para enfrentar desafios por meio da unidade. A iniciativa coloca-se a serviço da saúde e da restauração das atividades socioeconômicas, bem como em prol do crescimento e do desenvolvimento.

Ainda segundo o presidente chinês, a BRI é uma oportunidade de discutir uma resposta coletiva à Covid-19 e de fortalecer a solidariedade internacional. Ele enfatiza que não se pode ter sucesso sem solidariedade, cooperação e multilateralismo, pois são a conectividade, a abertura e a abrangência que podem garantir o desenvolvimento a longo prazo. Além de representantes de 25 países, estavam presentes no evento virtual o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, e o administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Achim Steiner.

No mesmo mês, Xi Jinping já havia presidido a videoconferência da Cúpula China-África (XINHUA, 2020b), também enfatizando a solidariedade e a cooperação. A ideia é construir uma comunidade de saúde China-África para todos e levar a parceria a um patamar superior. A China compromete-se a ajudar os países africanos, em compasso com as medidas da OMS, auxiliando com suprimentos médicos e equipes de especialistas.

Além disso, reforça sua promessa de que, uma vez desenvolvida e implantada a vacina para Covid-19 na China, os países africanos estarão entre os primeiros a beneficiar-se. A área já ajudada pela China abrange mais de 50 países africanos e a União Africana (UA). Em junho de 2020, a UA alega ter recebido 30 milhões de kits de teste, 10 mil respiradores e 80 milhões de máscaras por mês.

Outro importante compromisso assumido por Xi Jinping é o cancelamento de dívidas de países africanos sob a forma de empréstimos governamentais sem juros a vencer dentro do quadro do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), além de trabalhar junto ao G20 para suspender dívidas africanas a esse grupo. Desenvolver a Área de Livre Comércio Continental Africana, a economia digital, as cidades inteligentes, a energia limpa e o 5G também serão ações buscadas para impulsionar a revitalização do continente africano, em consonância com o compromisso com o multilateralismo.

Frente à perspectiva sombria imposta pela pandemia ao mundo, a BRI não está livre de obstáculos em seu desenvolvimento natural. Em contrapartida, embora muitos países ainda estejam lidando com a crise da Covid-19, prevê-se que a maioria dos projetos serão restabelecidos em breve. Para Liang Haiming, reitor da Hainan University Belt and Road Research Institute, "a iniciativa trará novas oportunidades para impulsionar a recuperação econômica e o crescimento depois que a pandemia estiver efetivamente controlada." (SANGROULA, 2020).

7. CONCLUSÃO

Desde a sua origem em 2013, a BRI tem sido uma iniciativa relevante de cooperação. Para o Brasil, vale mencionar que ela não se restringe à região original da Rota da Seda, que ia de Xi'An ao Mediterrâneo, e em muito a extrapola, atingindo, inclusive, a América Latina. Mesmo em meio à pandemia, como as nações necessitam desenvolver equipamentos médicos, ciência, tecnologia e uma cultura digital para lidar com os desafios correntes e futuros, a BRI converte-se em verdadeiro instrumento capaz de alcançar tais objetivos.

Diante do contexto supracitado, surgem duas importantes ramificações da iniciativa: a Rota da Seda da Saúde e a Rota da Seda Digital. Sobretudo no Sudeste asiático e no âmbito dos países da ASEAN, esta avança na ampliação do e-commerce, do consumo móvel e da implantação do 5G. Em cooperação, os países trabalham no sentido de padronizar redes e procedimentos, além de buscar maior transparência em questões relativas à cyber-segurança.

A tecnologia também é o motor de outra transformação importante: a diplomacia na nuvem. Uma de suas vantagens é o formidável encurtamento de distâncias, promovendo maior intercâmbio entre regiões distantes, como a Ásia e a América Latina. Nesse contexto, as videoconferências têm-se tornado cada vez mais comuns entre chefes de Estado. Um curioso aspecto ressaltado por Lu (2020) é que, com isso, a China quer aprofundar a cooperação pragmática e construir uma comunidade de destino compartilhado para a humanidade.

A comunidade de destino compartilhado é um dos lemas de Xi Jinping, que ressalta a importância do multilateralismo e da cooperação. É uma noção que valoriza o benefício mútuo que advém dessas relações. A cooperação pragmática também merece destaque, pois aponta na direção do respeito às diferenças ideológicas e culturais. Assim, não importa se o país não está alinhado ideologicamente com a China, por exemplo, já que ele, ainda assim, pode buscar uma aproximação sem pré-conceitos.

Dois bancos foram ressaltados ao longo deste relatório: o AIIB e o NDB. Quanto ao AIIB, ele tem caráter multilateral relevante, a ponto de poder tornar-se um novo paradigma de cooperação internacional, inclusive, no plano da BRI. Quanto ao NDB, ele também apresenta oportunidades concretas para o Brasil. Além de ter sido aprovada a criação

de um escritório regional no país, o novo presidente é brasileiro, e tal configuração favorece o estreitamento de suas relações com os demais países BRICS. O país poderia ver-se beneficiado não só no combate à Covid-19, mas também em áreas com impacto de longo prazo, como infraestrutura, tecnologia e sustentabilidade.

Percebe-se, ainda, a relevância da atuação da China no combate à pandemia e sua contínua promoção de cooperação internacional em diversas áreas, incluindo comércio, investimentos, infraestrutura, tecnologia e intercâmbio cultural, motivo pelo qual seria de interesse brasileiro, especialmente em um momento de crise econômica, buscar maior aproximação com os chineses.

O gigante asiático busca ação conjunta com outros países para dar continuidade a projetos e ideias voltadas para o desenvolvimento, sempre com base na noção de comunidade com um futuro comum para a humanidade. Embora o Brasil não esteja formalmente inserido na BRI, os investimentos chineses já se encontram fortemente presentes em território brasileiro e poderiam intensificar-se ainda mais em um momento em que o país precisa de aportes financeiros. Trata-se, assim, de uma oportunidade para se buscar uma maior cooperação com a China, inclusive, no que concerne à BRI.

FGV DIREITO RIO

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS (2020). *Câmara aprova criação de escritório do banco dos Brics em SP*. 24 de junho. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, <https://www.camara.leg.br/noticias/671272-camara-aprova-criacao-de-escritorio-do-banco-do-brics-em-sp> acessado em julho de 2020.

AGÊNCIA SENADO (2020). “Aprovada entrada do Brasil no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura”, In: Agência Senado, 05 de agosto, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/05/aprovada-entrada-do-brasil-no-banco-asiatico-de-investimento-em-infraestrutura> acessado em agosto de 2020.

GAO, Qiao (2020). “Iniciativa ‘Um Cinturão, Uma Rota’ contribui para recuperação da economia global”, In: Diário do Povo Online. 15 de maio, <http://portuguese.people.com.cn/n3/2020/0515/c309814-9690955.html> acessado em julho de 2020.

LI, Bo (2020). “Digital Belt & Road Program yields Fruits amid the Pandemic”, In: Belt & Road News. 13 de maio. <https://www.beltandroad.news/2020/05/13/digital-belt-road-program-yields-fruits-amid-the-pandemic/> acessado em julho de 2020.

LU, Daxin (2020), “Ativação do ‘intercâmbio na nuvem’ irá encurtar distâncias entre China e América Latina”, In: China Hoje, 28 de julho, <http://www.chinahoje.net/ativacao-do-intercambio-na-nuvem-ira-encurtar-distancias-entre-china-e-america-latina/> acessado em julho de 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (2018). *Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento*. 27 de julho. Brasília-DF: Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19195-escritorio-regional-das-americas-do-novo-banco-de-desenvolvimento> acessado em julho de 2020.

NEW DEVELOPMENT BANK (2020). *Marcos Troyjo Elected as the Next NDB President*. New Development Bank, <https://www.ndb.int/marcos-troyjo-elected-as-the-next-ndb-president/> acessado em julho de 2020.

PORTAL TRT (2018). “Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) abrirá seu escritório regional das Américas no Brasil”, In: TRT Português, 23 de maio, <https://www.trt.net.tr/portuguese/america-latina/2018/05/23/novo-banco-de-desenvolvimento-nbd-abrira-seu-escritorio-regional-das-americas-no-brasil-976995> acessado em julho de 2020.

SANGROULA, Sangeet (2020). “China and BRI countries should jointly deal with pandemic led economic slump”, In: China.org, 22 de maio, http://www.china.org.cn/opinion/2020-05/22/content_76078349.htm acessado em julho de 2020.

VASCONCELOS, Gabriel (2020). “Banco do Brics aprova empréstimo de US\$ 1 bilhão ao Brasil”, In: Valor Econômico, 20 de julho, <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/20/banco-do-brics-aprova-emprstimo-de-us-1-bilho-ao-brasil.ghtml?GLBID=101a2dd1a279812c3b6b10c3b93b2a1156a72327869686a4c4459327a642d6d736b49514a393950465f316976316c4f3773426345686843434242597749505a4b72504230596f424c776d645634534f71365749616b6d6b334f493566542d54625249306e4a773d3d3a303a7070737465656e686167656e> acessado em julho de 2020.

XINHUA (2020). “Presidente Xi envia mensagem para conferência sobre cooperação internacional do Cinturão e Rota”, In: Xinhua Português, 19 de junho, http://portuguese.xinhuanet.com/2020-06/19/c_139150888.htm acessado em julho de 2020.

XINHUA (2020a). “Xi pede que se faça do BAII uma nova plataforma para construir uma comunidade com futuro compartilhado para humanidade”, In: Xinhua Português, 18 de junho, http://portuguese.xinhuanet.com/2020-07/28/c_139246459.htm acessado em julho de 2020.

XINHUA (2020b). “Xi preside cúpula China-África e pede solidariedade para derrotar COVID-19” In: Xinhua Português, 18 de junho, http://portuguese.xinhuanet.com/2020-06/18/c_139148406.htm acessado em julho de 2020.

Sobre os Autores

Evandro M. de Carvalho é Doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Além de coordenador do Núcleo de Estudos Brasil-China e professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio), atua como editor-chefe da revista China Hoje; consultor do China Desk do Veirano Advogados; árbitro da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem; professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF); e coordenador do Núcleo de Estudos dos Países BRICS desta mesma instituição. Foi, ainda, pesquisador sênior da Universidade de Finanças e Economia de Shanghai (SHUFE), com o apoio da China Scholarship Council em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (Programa OEA-CSC, 2012-2014); professor visitante do Center for BRICS Studies da Fudan University (2014-2015), em Shanghai; e professor visitante na Shanghai University, no âmbito do Programa de Recrutamento de Especialistas Estrangeiros (2015-2017). Em fevereiro de 2015, foi um dos 60 especialistas estrangeiros convidados a participar da “Reunião de Consulta de Especialistas Estrangeiros” com o Premier Li Keqiang. Em 2016, participou do Programa de Jovens Líderes da América Latina, um projeto lançado pelo presidente Xi Jinping em 2015 durante o Fórum China-CELAC. Em 2018, foi selecionado para o Programa de Visitas para Jovens Sinólogos, promovido pelo Ministério da Cultura e Turismo da China e pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) e organizado pelo Centro Internacional de Comunicação Cultural da China e pela Universidade de Língua e Cultura de Pequim (BLCU).

Daniel Veras é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Comunicação e Semiótica e Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Além de Pesquisador Doutor do Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio, atua no Grupo de Pesquisa Diálogos Interculturais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) e no Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEPUR) da PUC-SP, bem como faz parte do corpo docente do Curso de Verão de Sociologia e Filosofia promovido pela China University Summer Schools Association/Shanghai Normal University (CUSSA/SNU). Foi, ainda, pesquisador da Prefeitura de Santo André e professor de Estudos Brasileiros na Hubei University, onde estabeleceu intercâmbios culturais e educacionais entre Brasil e China por meio de uma parceria entre o Instituto Confúcio e a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Pedro Steenhagen é Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), Especialista em Relações Internacionais pelo Clio Internacional/Faculdade Damásio, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ) e Pós-Graduando em Direito Internacional Aplicado na Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Além de Pesquisador Mestre do Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio, atua como *joint research fellow* na 西南科技大学 - Southwest University of Science and Technology (SWUST) e como consultor. Foi, ainda, pesquisador do Laboratório de Financiamento e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (LACID) do BRICS Policy Center e estudante avançado, com bolsa integral do Governo de Shanghai, da 2018 Shanghai Summer School (BRICS Program) da Fudan University.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getúlio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores, e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV nº 19.